

A UNIVERSIDADE PÚBLICA: necessidade de imediatas transformações

A preocupação com a universidade pública sempre foi motivo de reflexão deste pesquisador, gerando a produção de vários textos. Uns mais simples; outros mais densos, inclusive o intitulado “Investimento em Educação Superior: a experiência do Estado da Bahia com a atividade universitária”, tese do Doutorado em Ciências Empresariais, pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA), em Buenos Aires, Argentina, depositada em dezembro de 2000 e defendida em 13 de maio de 2002. O segundo volume da referida tese apresenta uma “Proposta de Reorganização Geo-Política, Econômica e Universitária”, para as Instituições de Ensino Superior da Bahia (IESBA), mantidas pelo Governo do Estado. O trabalho encontra-se à disposição de interessados, na Biblioteca Central da Universidade do Estado da Bahia e no site do autor (www.lcsantos.pro.br), disponibilizado desde fevereiro do ano em curso.

Registre-se, de pronto, que o objetivo da pesquisa foi além do cumprimento da etapa conclusiva do curso supramencionado, visto que, de há muito é de interesse do autor a temática em análise. Embora as variáveis político e ideológica não tenham sido objeto de estudo, nem tampouco vislumbra-se a possibilidade de modificar a situação vigente; busca-se, conscienciosamente, incitar discussão sobre modelo, sistema, estrutura, infra-estrutura e territorialidade/espacialidade das IESBA. Assim, o estudo centrou-se nas vertentes acadêmica, gestão administrativa, gestão financeira e gestão patrimonial das quatro universidades mantidas pelo tesouro do Estado da Bahia.

Entende-se, entretanto, que no ambiente da academia, onde estão localizadas forças sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas, artísticas e demográficas em constante mudança, a sua gestão transforma-se num desafio, necessitando, pois, de uma nova postura dos administradores universitários, para a criação de uma estrutura que permita a tomada de decisões estratégicas, para contornar as turbulências do ambiente e tentar resolver os problemas mais relevantes, dando sentido à organização.

Ressalte-se que os novos cenários nacional e internacional descortinam-se numa perspectiva de enxugamento da administração pública, exigindo dos gestores descentralização de

decisões, otimização de recursos e racionalização de serviços. Os novos paradigmas impõem criatividade aos administradores na busca de soluções que permitam maior satisfação aos usuários, com alto padrão de qualidade, competindo de igual para igual com a iniciativa privada e que os serviços postos à disposição da sociedade sejam cada vez mais eficientes, eficazes e efetivos.

Saliente-se que, em tempo de escassez de recursos financeiros, como o atual, para atender às demandas da sociedade em atividades precípuas do Estado como a Educação, o poder estatal necessita rever suas arquiteturas organizacionais, tornando-as mais ágeis, flexíveis e contemporâneas, a fim de atingir um público maior e cada vez mais exigente e conscientizado em relação ao exercício da cidadania.

Saindo-se do aspecto micro - as universidades mantidas pelo governo da Bahia, para um panorama macro, constata-se que o problema é semelhante: há um desafio - construir uma universidade comprometida social e academicamente eficiente, eficaz e efetiva; pedagogicamente inovadora, superando gargalos, óbices de natureza burocrática, de falta de autonomia didático-científica e de gestão administrativo-financeira e patrimonial.

Exige-se, pois, que se busque uma Universidade transformadora, considerando que a educação superior é um bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social e de afirmação de valores e identidades culturais, porque muitos são os riscos de ordem científica, tecnológica, intelectual e econômica, de um mundo cada dia mais globalizado e inter-relacionado. A universidade do século XXI deve avançar em vários aspectos, modificando a arquitetura organizacional, contemplando as demandas da sociedade do conhecimento, das novas relações do mundo do trabalho, diante da desregulamentação, flexibilidade e imprevisibilidade.

Frise-se que os cursos devem estar cada vez mais indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão. Além da interdisciplinaridade do saber, as matrizes curriculares necessitam da multirreferencialidade; portanto, os conteúdos devem abrigar a transversalidade e transdisciplinaridade. A formação docente para a educação superior deve ser revista urgentemente, sob pena de ficar restrita ao exacerbado tecnicismo. A reforma deve efetivar-se em todos os aspectos num contexto de plena autonomia universitária, para que se concebam

diretrizes, critérios e modelos flexíveis, sólidos e sustentáveis para uma Academia renovada enquanto instituição de invenção e produção crítica do conhecimento humano.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br